



CÓD: OP-074DZ-22  
7908403531318

# MP-SP

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

450 questões gabaritadas- GABARITANDO

**CADERNO DE QUESTÕES**

## ***Caderno de Questões***

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico .....	31
3. Noções de Informática .....	47
4. Direito Constitucional e Ministério Público .....	63
5. Direito Administrativo .....	85
6. Direito Processual Civil .....	105
7. Direito Penal.....	109
8. Direito Processual Penal .....	123

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - Cont Dist (TJ TO)/TJ TO/Ciências Contábeis/2022

Assunto: Adjetivo

Observe a frase a seguir.

“Amo tudo que é velho: velhos amigos, velhos tempos, velhas maneiras, velhos livros, velhos vinhos.” Sobre a utilização do adjetivo velho nesse pensamento, a afirmação correta, é:

- (A) *velhos tempos, velhas maneiras e velhos livros* mostram o valor positivo da tradição;
- (B) *velhos amigos e velhos vinhos* mostram o mesmo valor do adjetivo velho;
- (C) *velhos tempos e velhas maneiras* indicam uma significação negativa do adjetivo velho;
- (D) *velhos livros e velhos vinhos* atribuem ao adjetivo velhos uma qualidade positiva;
- (E) *velhos amigos e amigos velhos* significam exatamente a mesma coisa

2. FGV - TJ (TJ TO)/TJ TO/Informática/2022

Assunto: Adjetivo

Em todas as frases abaixo há orações adjetivas sublinhadas; a opção em que foi feita a substituição dessa oração por um adjetivo adequado, é:

- (A) Uma espera que durou uma eternidade / indefinida;
- (B) Uma doença que não oferece nenhum perigo / imune;
- (C) Uma dor que vai passar logo / abreviada;
- (D) Uma marca que passa de geração em geração / generalizada;
- (E) Um romance que prendeu a minha atenção / atraente.

3. FGV - Ag Sg Pen (DEPEN MG)/DEPEN MG/2022

Assunto: Adjetivo

Para serem claros e precisos, alguns autores esclarecem o significado de adjetivos empregados em seus textos.

Assinale a frase abaixo, retirada de um jornal do Rio de Janeiro, em que o adjetivo em maiúsculas não vem acompanhado de nenhuma explicação.

(A) A tragédia de Santa Teresa levou sofrimento a duas famílias. Mas os sentimentos são DIFERENTES. Para a família de Maria da Penha Coelho, perda e saudade eterna. Para a de Clara Marques, vergonha e desgosto, que nem o tempo será capaz de apagar.

(B) Não sofro mais. Considero-me uma pessoa normal. Esqueci do passado, quero viver o presente. Agora, minha alimentação é totalmente SAUDÁVEL. Durmo cedo e evito tomar remédios.

(C) Sei que o fenômeno do funk é INTERESSANTE do ponto de vista antropológico e sociológico, que ele reflete um entrelaçamento positivo entre o morro e o asfalto, uma diluição promissora das fronteiras entre as classes sociais etc.

(D) Acostumados a adjetivos POUCO LISONJEIROS, os cariocas, tidos pelo senso comum como malandros e adeptos do jeitinho brasileiro, já podem lavar a alma com orgulho que são os campeões de solidariedade em todo o planeta.

(E) Em vez de tentar encontrar um critério científico para eleger os cem melhores poemas brasileiros do século XX numa antologia que agradasse a todos, o crítico Ítalo Moriconi decidiu abraçar o que esta eleição tem de arbitrária e subjetiva. O resultado é uma coletânea que se dirige ao leitor “MARCIANO”, isto é, ignorante em matéria de nossa poesia, mas sequioso de conhecê-la.

4. FGV - APPGG (Pref S André)/Pref Santo André/2022

Assunto: Adjetivo

Texto 1

**índio**

Uma das consequências das Cruzadas (séculos **XI** a **XIII**) foi a descoberta das riquezas do Oriente: tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias.

Tudo isso passou a ter um valor extraordinário para os europeus do século **XV** (a canela chegou a valer mais do que o ouro!). E assim as grandes navegações para a Ásia se tornaram financeiramente atrativas.

O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando II e Isabel I para uma viagem à Índia.

Para chegar lá, os portugueses desciam até o final da África e dobravam à esquerda. Colombo, que sempre adorou viver na contramão da História, sai da Espanha, no dia 3 de agosto, e dobra à direita, convencido de que a Terra era redonda.

Acertou na forma, mas errou no cálculo do diâmetro. Colombo chega às Bahamas, em 12 de outubro, e acha que alcançou a Índia. Por isso, ao ver uns selvagens locais, Colombo os chama de índios. Pronto, o nome ficou e o erro se consagrou: a partir daí, todo selvagem, nu ou seminu, passou a ser chamado de índio.

(PIMENTA, R. Casa da Mãe Joana, curiosidade na origem das palavras, frases e marcas. Ed. Campus. Rio de Janeiro-RJ. 2002)

Ao escrever “tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias”, o autor do texto quer mostrar que o adjetivo “preciosos” se refere a

- (A) pedras, somente.
- (B) metais, somente.
- (C) tecidos, pedras e metais, somente.
- (D) pedras e metais, somente.
- (E) tecidos, pedras, metais e especiarias.

5. FGV - AssCE (TCE-TO)/TCE TO/“Sem Área”/2022  
Assunto: Adjetivo

“Estaremos caminhando para uma vida sem limites?”; a locução “sem limites” equivale ao adjetivo “ilimitada”.

A locução abaixo que corresponde semanticamente ao adjetivo dado, é:

- (A) comida sem sabor / comida insossa;
- (B) guerra sem trégua / guerra interrompida;
- (C) porta sem chave / porta aberta;
- (D) pessoa sem audição / pessoa deficiente;
- (E) carne sem sal / carne insípida.

6. FGV - Cons TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/Ciências Econômicas/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Uma frase do Eclesiastes 8, 3 diz:

“Não discutas com um falador, não amontoes lenha ao fogo.”

Se passássemos essa frase para a forma afirmativa, as formas verbais adequadas seriam

- (A) discuta / amontoe.
- (B) discute / amontoa.

- (C) discute / amontoas.
- (D) discute / amontoe.
- (E) discuta / amontoa.

7. FGV - AAFE (Sefaz AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Assinale a opção que apresenta a frase em que o gerúndio está bem empregado.

- (A) O policial viu o assaltante correndo pela ponte.
- (B) O professor entrou em sala abrindo o livro de chamada.
- (C) O turista saiu do museu sorrindo.
- (D) Tirou o dinheiro do bolso, comprando o livro a seguir.
- (E) Pensou um pouco sobre o assunto, decidindo fugir.

8. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/Letras/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Todas as frases iniciais abaixo sofreram modificações; aquela opção em que a modificação transformou a frase para a forma impessoal, é:

- (A) Comprei aquele carro ontem / Aquele carro foi comprado por mim ontem;
- (B) Não aceitamos esse julgamento parcial / Esse julgamento parcial, não o aceitamos;
- (C) Queremos transformar o mundo / Queremos a transformação do mundo;
- (D) Não desejamos nada alheio / Não se deseja nada alheio;
- (E) Não aprecio este tipo de música / Detesto este tipo de música.

9. FGV - TL (SEN)/SEN/Policial Legislativo Federal/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Em todas as frases a seguir, a forma verbal destacada está relacionada à ação de cair.

Assinale a opção que indica a frase em que a seleção do verbo está **corretamente** feita.

- (A) A tarde tombou de súbito e a noite se aproximou rapidamente.
- (B) O palanque, pelo peso excessivo, desmoronou.
- (C) A pedra despencou do alto do morro sobre o povoado.
- (D) Por causa das chuvas, o muro demoliu sobre o asfalto.
- (E) Tropecei na cadeira da sala e precipitei-me no sofá.

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

### 1. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Definição, subconjuntos, inclusão e pertinência, operações, conjunto das partes

Em um grupo de 70 pessoas, há 50 capixabas e 40 torcedores do Vasco.

Em relação a esse grupo de pessoas, é correto concluir que

- (A) no máximo 20 são capixabas torcedores do Vasco.
- (B) no mínimo 20 não são nem capixabas nem torcedores do Vasco.
- (C) exatamente 30 são capixabas não torcedores do Vasco.
- (D) no máximo 40 são capixabas torcedores do Vasco.
- (E) é possível que nenhuma delas seja capixaba torcedor do Vasco.

### 2. FGV - TNS (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Sobre dois conjuntos A e B sabe-se que:

- A união de A e B tem 130 elementos.
- A diferença  $B - A$  tem 50 elementos.
- A diferença  $A - B$  tem 60 elementos.

Se  $x$  o número de elementos de A e  $y$  o número de elementos de B, o valor de  $x + y$  é igual a

- (A) 110.
- (B) 120.
- (C) 130.
- (D) 140.
- (E) 150.

### 3. FGV - SOLD (PM AM)/PM AM/2022

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Em um grupo de 45 soldados, 27 gostam de marchar e 38 gostam de praticar tiro ao alvo.

Sejam:

X: o número de soldados desse grupo que gostam de marchar e também de praticar tiro ao alvo;

Y: o número de soldados desse grupo que não gostam nem de marchar nem de praticar tiro ao alvo.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) X é no máximo 20.
- (B) Y é no mínimo 7.
- (C) quando  $X = 23$ , tem-se  $Y = 7$ .
- (D) quando  $Y = 7$ , tem-se  $X = 20$ .
- (E) quando  $Y = 5$ , tem-se  $X = 25$ .

### 4. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/CONTÁBIL/2022

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Uma empresa possui 32 funcionários que trabalham nos setores A, B e C. Sabe-se que 20 funcionários trabalham no setor A, 14 funcionários trabalham no setor B e 9 funcionários trabalham no setor C. Há funcionários que trabalham simultaneamente nos setores A e B, há funcionários que trabalham simultaneamente nos setores A e C, mas nenhum funcionário trabalha simultaneamente nos setores B e C.

O número de funcionários que trabalha apenas no setor A é igual a

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 8.
- (E) 9.

### 5. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Em um grupo de 48 pessoas, há 35 advogados e 32 policiais.

Nesse grupo, o número mínimo de pessoas que são ao mesmo tempo advogados e policiais é

- (A) 13.
- (B) 16.
- (C) 19.
- (D) 32.
- (E) 35.

6. FGV - AG TE (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Considere o conjunto de números naturais  $C = \{1, 2, 3, \dots, n\}$  onde  $n > 6$ .

O conjunto A é formado pelos elementos de C que são múltiplos de 2 e o conjunto B é formado pelos elementos de C que são múltiplos de 3.

Sabe-se que o número de elementos de C que não está nem em A e nem em B é o dobro do número de elementos de C que está simultaneamente em A e em B. O menor valor possível de n é

- (A) 18.
- (B) 24.
- (C) 30.
- (D) 36.
- (E) 48.

7. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/MÉDICO ANESTESIOLOGISTA/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

O sistema de grupos sanguíneos ABO, classifica os tipos sanguíneos pela presença ou ausência dos antígenos A e B. Assim:

- tipo A: tem unicamente a presença do antígeno A;
- tipo B: tem unicamente a presença do antígeno B;
- tipo AB: tem a presença simultânea dos dois antígenos;
- tipo O: não tem a presença de qualquer dos dois antígenos.

O sistema de grupos sanguíneos Rh classifica os tipos sanguíneos pela presença ou ausência do fator Rh. Assim:

- Rh+ (positivo): tem a presença do fator Rh;
- Rh- (negativo): não tem a presença do fator Rh.

Assim, por exemplo, o grupo sanguíneo identificado por B+ é aquele que tem a presença do antígeno B, ausência do antígeno A e presença do fator Rh. Em um grupo de pessoas constatou-se que:

- 43 têm sangue do tipo O;
- 33 têm a presença do antígeno A e também do fator Rh;
- 7 têm a presença do antígeno B e também do fator Rh;
- 73 têm a presença do fator Rh.

A quantidade de pessoas desse conjunto com grupo sanguíneo do tipo O- (O negativo) é de,

- (A) no mínimo, 7.
- (B) no mínimo, 10.

- (C) no máximo, 3.
- (D) no máximo, 7.
- (E) no máximo, 10.

8. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Uma pesquisa foi feita com 40 funcionários de uma empresa e entre as perguntas havia as que estão abaixo:

- Você tem filhos?
- Você tem animal de estimação?

20 PESSOAS RESPONDERAM SIM PARA A PRIMEIRA PERGUNTA. 15 PESSOAS RESPONDERAM SIM PARA A SEGUNDA PERGUNTA. 11 PESSOAS DEIXARAM AS DUAS PERGUNTAS EM BRANCO.

As instruções da pesquisa estabeleciam que deixar em branco significaria dizer NÃO.

Sendo assim, o número de pessoas que possuem filhos e animais de estimação é igual a

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

9. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/AS-SISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Em um grupo de 50 pessoas, 27 gostam de filmes de suspense e 32 gostam de filmes de terror.

- Com relação a essas 50 pessoas, é correto concluir que
- (A) no máximo 18 delas não gostam de filmes de suspense nem de filmes de terror.
  - (B) exatamente 9 delas gostam tanto de filmes de suspense como de filmes de terror.
  - (C) exatamente 18 delas só gostam de filmes de suspense.
  - (D) exatamente 23 delas só gostam de filmes de terror.
  - (E) no mínimo 18 delas gostam tanto de filmes de suspense como de filmes de terror.

10. FGV - AG SG PEN (DEPEN MG)/DEPEN MG/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Um grupo de 60 estudantes que se formaram juntos no Ensino Médio resolveu formar 2 grupos no WhatsApp: GP1 e GP2.

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. FGV - Ag (Pref Paulínia)/Pref Paulínia/Apoio Operacional/2021

Assunto: Processador (CPU) e Arquitetura de Computador

Num anúncio publicado na Internet, aparece a oferta de um notebook descrito como abaixo.

**Intel Core i5-1035G1 8GB 256GB SSD W10**

Assinale o significado do trecho 256GB.

- (A) Capacidade da memória principal.
- (B) Capacidade do disco.
- (C) Modelo do processador.
- (D) Resolução do monitor de vídeo.
- (E) Velocidade da CPU.

2. FGV - Ana (MPE GO)/MPE GO/Contábil/2022

Assunto: Conceitos Gerais de Sistemas Operacionais e Sistemas de Arquivos

Sistemas operacionais de computadores de uso geral, como o Windows, são responsáveis pelas seguintes tarefas de controle e gerenciamento importantes para o funcionamento do computador, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Execução de programas, processos e comandos específicos.
- (B) Gerenciamento e compartilhamento de dados.
- (C) Gerenciamento e compartilhamento de dispositivos de entrada/saída e armazenamento.
- (D) Gerenciamento e compartilhamento de memória.
- (E) Operações de login/logout de aplicativos de terceiros.

3. FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Windows 10

Na interface do Windows 10, o painel que serve para fixar aplicativos frequentemente utilizados é conhecido como:

- (A) Acesso rápido;
- (B) Área de Trabalho Remota (Remote Desktop);
- (C) Barra de Tarefas (Taskbar);
- (D) Cortana;
- (E) Menu iniciar (Start Menu).

4. FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Windows 10

No Windows 10, o aplicativo Limpeza de Disco, disponível em Ferramentas Administrativas do Windows, no menu Iniciar, oferece diversas opções de grupos de arquivos que podem ser removidos, EXCETO:

- (A) arquivos da Área de Trabalho;
- (B) arquivos de Internet Temporários;
- (C) Lixeira;
- (D) Miniaturas;
- (E) relatórios de erros do Windows.

5. FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Windows 10

No âmbito do Windows 10, analise as afirmativas a seguir sobre a Barra de Tarefas.

- I. Permite armazenar arquivos frequentemente utilizados.
- II. Permite fixar programas e aplicativos para acesso rápido.
- III. Pode ser usada para abrir o Gerenciador de Tarefas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

6. FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Windows 10

Analise as afirmativas sobre a Lixeira do Windows 10.

- I. Os arquivos são deletados definitivamente após 30 dias de permanência na Lixeira.
- II. Arquivos deletados de um pen drive não são armazenados na Lixeira.
- III. A Lixeira tem uma capacidade de armazenagem limitada, que pode ser estendida se necessário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.



- (D) I e II, somente.  
(E) II e III, somente.

7. FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022  
Assunto: Windows 10

No Windows 10, a utilização da ferramenta administrativa intitulada Defender Firewall volta-se para aspectos referentes

- (A) à segurança do computador.  
(B) ao controle das contas dos usuários.  
(C) ao gerenciamento de memória.  
(D) ao gerenciamento do sistema de arquivos.  
(E) às políticas de backup e recuperação pós falhas.

8. FGV - Alun Of (PM AM)/PM AM/2022  
Assunto: Windows 10

O Windows 10 permite que o usuário navegue por meio de janelas, menus e formulários projetados para encadear e estruturar a lida com o sistema. Contudo, é possível digitar comandos diretamente, sem a necessidade de percorrer diferentes menus e janelas para realizar funções administrativas e/ou solucionar certos tipos de problemas do Windows.

Essas facilidades são acessíveis por meio do

- (A) Agendador de Tarefas.  
(B) Explorador de Arquivos.  
(C) Gerenciador de Tarefas.  
(D) Gerenciador do Computador.  
(E) Prompt de Comando.

9. FGV - Sold (PM AM)/PM AM/2022  
Assunto: Windows 10

Assinale o software que executa funções típicas de um sistema operacional.

- (A) Google Chrome.  
(B) LibreOffice.  
(C) Microsoft Outlook.  
(D) Remote Desktop.  
(E) Windows 10.

10. FGV - Ana (MPE GO)/MPE GO/Contábil/2022  
Assunto: Windows 10

Considere as seguintes afirmativas sobre a lixeira Windows 10.

- I. Serve para armazenar e recuperar arquivos removidos.  
II. Todos os arquivos da lixeira são removidos definitivamente após trinta dias.  
III. A lixeira tem uma capacidade limite de armazenagem que não pode ser alterada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.  
(B) II, somente.  
(C) I e II, somente.  
(D) II e III, somente.  
(E) I, II e III.

11. FGV - Ass Adm (MPE GO)/MPE GO/2022  
Assunto: Windows 10

Dado que, numa instalação Windows 10, o arquivo Texto.docx está localizado na pasta C:\Users\WWW\Desktop\XXXX\YYY\ZZZ\TTT\ a conta de usuário à qual esse arquivo está vinculado é

- (A) TTT.  
(B) WWW.  
(C) XXX.  
(D) YYY.  
(E) ZZZ.

12. FGV - Ass Info (MPE GO)/MPE GO/2022  
Assunto: Windows 10

No Windows 10, a Barra de Tarefas serve diretamente, dentre outras finalidades, para

- (A) desinstalar aplicativos.  
(B) desligar/suspender o computador.  
(C) fixar/abrir aplicativos frequentemente utilizados.  
(D) gerenciar as contas (login) dos usuários do Windows.  
(E) instalar aplicativos.

13. FGV - Ass Info (MPE GO)/MPE GO/2022  
Assunto: Windows 10

No Explorador de Arquivos do Windows 10, há um atalho intitulado Acesso Rápido, onde pastas e/ou arquivos são mapeados para acesso imediato.

São operações válidas de inclusão/exclusão válidas nesse mapeamento, exceto

- (A) exclusão manual de pastas/arquivos.  
(B) inclusão automática das pastas mais utilizadas.  
(C) inclusão automática dos arquivos mais utilizados.  
(D) inclusão manual de pastas/arquivos.  
(E) seleção por tipo na inclusão automática de arquivos.

14. FGV - ES (SEMSA Manaus)/Pref Manaus/Médico Anestesiologista/2022  
Assunto: Windows 10

Com relação aos Acessórios do Windows, na versão 10, a Ferramenta de Captura pode ser utilizada para

(A) copiar imagens em exibição na tela do monitor.



# DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

## DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

1. FGV - AS (SEMSA Manaus)/Pref Manaus/Assistente em Administração/2022

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

A respeito do nosso sistema presidencialista de governo, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República que é auxiliado pelos Ministros de Estado, no âmbito federal.

( ) O Presidente da República é o único que acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

( ) O Presidente da República age como Chefe de Estado quando celebra tratados internacionais ou declara guerra.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

(A) V – V – V.

(B) V – F – V.

(C) F – F – V.

(D) F – V – V.

(E) V – V – F.

2. FGV - Del Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Após uma revolução que culminou com a derrubada do regime anterior, o grupo político dominante do País Alfa resolveu solicitar que uma comissão de notáveis elaborasse um projeto de Constituição, submetendo-o, ato contínuo, a referendo popular. A Constituição assim elaborada buscou conciliar inúmeras correntes políticas aparentemente opostas entre si e direcionar as políticas públicas a serem adotadas para a implementação dos direitos sociais, além de ter exigido um procedimento qualificado para a reforma de parte de seus comandos, considerados materialmente constitucionais, enquanto a outra parte poderia ser alterada com observância do mesmo procedimento afeto à lei ordinária. Por fim, observa-se que essa Constituição era demasiado extensa.

A Constituição assim descrita é classificada como

(A) bonapartista, compromissória, de garantia, rígida e sintética.

(B) cesarista, compromissória, dirigente, semirrígida e analítica.

(C) bonapartista, ortodoxa, dirigente, semirrígida e analítica.

(D) cesarista, pragmática, dirigente, semirrígida e sintética.

(E) outorgada, eclética, de garantia, flexível e analítica.

3. FGV - JL (TJ GO)/TJ GO/2022

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

É corrente, em doutrina, a afirmação de que a Constituição da República de 1988, dentre outros atributos, é rígida, analítica e eclética.

Isso significa que a Constituição da República de 1988:

(A) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada;

(B) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(C) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, além de estatuir prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, e resultar do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(D) pode ser alterada pelo processo legislativo ordinário, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(E) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada.

#### 4. FGV - AssCE (TCE-TO)/TCE TO/"Sem Área"/2022

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

O Poder Constituinte, como instituição política responsável pela criação das normas constitucionais, é comumente classificado pela doutrina em originário, derivado e decorrente. Por sua vez, o Poder Constituinte originário possui subclassificações, sendo uma delas baseada no modo de deliberação constituinte.

Nesse sentido, quando o Poder Constituinte deriva de uma deliberação formal de um grupo de agentes, como no caso das constituições escritas, pode ser classificado como:

- (A) revolucionário;
- (B) concentrado;
- (C) formal;
- (D) difuso;
- (E) material.

#### 5. FGV - AssCE (TCE-TO)/TCE TO/"Sem Área"/2022

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que:

- (A) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário;
- (B) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado;
- (C) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário;
- (D) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade;
- (E) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.

#### 6. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

O perfil de proteção jurídica dos direitos fundamentais já passou e vem passando por momentos de avanços e involuções atrelados aos diferentes paradigmas constitucionais. Formam uma categoria aberta e dinâmica, que se encontra em constante mutação, em razão do Art. 5º, § 2º, da CRFB/88. Nessa perspectiva, em 2017, foi editada a Lei X que regulamentou diversos direitos sociais do rol constante do seu Art. 6º. Com isso, incorporou vários direitos sociais ao patrimônio jurídico do povo. No entanto, em 2019, foi aprovada a Lei Y, que revogou completamente a Lei X, desconstituindo pura e simplesmente o grau de concretização que o legislador democrático já havia dado ao Art. 6º da CRFB/88, sem apresentar nenhum outro instrumento protetivo no seu lugar.

Diante de tal situação e de acordo com o direito constitucional contemporâneo, a Lei Y deve ser considerada

- (A) inconstitucional, pois a revogação total da Lei X, sem apresentação de lei regulamentadora alternativa, viola o princípio da "reserva do possível".
- (B) inconstitucional, pois a revogação total da Lei X, sem apresentação de lei regulamentadora alternativa, viola o princípio da "proibição de retrocesso social".
- (C) constitucional, pois predomina no direito brasileiro o princípio da "reserva do possível", cuja interpretação garante a onipotência do Poder Legislativo na concretização dos direitos sociais.
- (D) constitucional, pois predomina no direito brasileiro o princípio da "proibição do retrocesso social", de modo que os direitos sociais não têm imperatividade, podendo ser livremente regulamentados.

#### 7. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade... Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles...

Hannah Arendt

A filósofa Hannah Arendt, em seu livro *As Origens do Totalitarismo*, aborda a trágica realidade daqueles que, com os eventos da II Guerra Mundial, perderam não apenas seu lar, mas a proteção do governo. Com isso, ficaram destituídos de seus direitos e, também, sem a quem pudessem recorrer.

Diante disso, Hannah Arendt afirma que, antes de todos os direitos fundamentais, há um primeiro direito a ser garantido pela própria humanidade.

Assinale a opção que o apresenta.

- (A) O direito à liberdade de consciência e credo.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Em razão de intensas chuvas ocorridas em Cavalcante, no nordeste de Goiás, a cheia do rio Prata causou enorme destruição e deixou desabrigadas centenas de famílias carentes que vivem na região. Com a aquiescência do poder público municipal, vários particulares se voluntariaram para auxiliar as vítimas daquele desastre natural, sobretudo mediante a organização e distribuição dos alimentos, roupas e outros itens doados a partir de diversas regiões do Estado e do país. Instado por notícia de desvio desses mantimentos, o Ministério Público instaurou inquérito civil e angariou elementos informativos robustos no sentido de que José, um dos voluntários, efetivamente se apropriou de parte dos bens doados às vítimas.

Na situação hipotética descrita, consoante o magistério da doutrina especializada e a legislação vigente, é correto afirmar que José:

- (A) não pode ser considerado sujeito ativo da improbidade administrativa, tampouco sofrer as sanções cominadas na Lei nº 8.429/1992, **porquanto não figura como agente público** nem como terceiro partícipe de uma conduta ímproba imputável a agente público;
- (B) pode ser considerado sujeito ativo da improbidade administrativa e responder por ato ímprobo que importa em enriquecimento ilícito, pois figura como agente de fato putativo, que desempenha uma atividade pública com a presunção de legitimidade;
- (C) pode ser considerado sujeito ativo da improbidade administrativa e sofrer as sanções cominadas na Lei nº 8.429/1992, diploma legal que admite a responsabilização de particulares de forma desvinculada da existência de um ato ímprobo imputável a agente público;
- (D) não pode ser considerado sujeito ativo da improbidade administrativa, porquanto não mantém vínculo formal com o poder público, tampouco sofrer as sanções cominadas na Lei nº 8.429/1992, diploma legal que não se destina à tutela do patrimônio privado;

(E) pode ser considerado sujeito ativo da improbidade administrativa e responder por ato ímprobo que importa em enriquecimento ilícito, pois figura como agente de fato necessário, que exerce a função pública em situação de calamidade ou de emergência.

### 2. FGV - AFFC (CGU)/CGU/Correição e Combate à Corrupção/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Em janeiro de 2022, José, servidor público federal, no exercício de sua competência e de forma comprovadamente culposa, praticou ato que causou prejuízo ao erário, na medida em que realizou operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares.

Consoante dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021), José:

- (A) praticou ato de improbidade administrativa, por expressa previsão legal, visto que ocorreu efetivo dano ao erário, que deve ser objeto de ressarcimento, assim como devem ser aplicadas as demais sanções previstas no Art. 12 daquela lei;
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois, apesar de ter causado prejuízo ao erário, não restou provado, de forma cumulativa, enriquecimento ilícito ou violação dos princípios da administração pública por parte de José, ainda que de forma culposa;
- (C) não praticou ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade prevista nos Arts. 9º, 10 e 11 da citada lei, sendo irrelevante o fato de sua conduta ter sido culposa ou dolosa, visto que ocorreu dano ao erário;
- (D) não praticou ato de improbidade administrativa, pois para tal é imprescindível que a conduta seja dolosa, assim entendida como aquela praticada com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos Arts. 9º, 10 e 11 da citada lei, não bastando a voluntariedade do agente;
- (E) praticou ato de improbidade administrativa, pois o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas que causar dano ao erário, independentemente de comprovação de ato doloso com fim ilícito, constitui ato de improbidade, pelo princípio da indisponibilidade do erário.

### 3. FGV - AFFC (CGU)/CGU/Correição e Combate à Corrupção/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Em janeiro de 2022, João, agente público federal, no exercício da função pública, concedeu benefício administrativo à sociedade empresária Alfa, sem a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie. O Ministério Público Federal instaurou inquérito civil para apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa e João se manifestou no bojo desse procedimento investigatório alegando e provando que a concessão do benefício administrativo decorreu de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência.

De acordo com o texto atual da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021), é correto afirmar que:

- (A) foi praticado ato de improbidade administrativa ao menos culposo, mesmo diante da alegação e provação de que a concessão do benefício administrativo decorreu de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência;
- (B) foi praticado ato de improbidade administrativa pela sociedade empresária Alfa, que se beneficiou do ato ilícito e, na sua responsabilização, deverão ser desconsiderados os efeitos econômicos e sociais das sanções;
- (C) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores da sociedade empresária Alfa respondem por ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, mesmo se não tiver havido participação e benefícios diretos;
- (D) as sanções da Lei de Improbidade se aplicariam à sociedade empresária Alfa, mesmo se o ato de improbidade administrativa também fosse sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846/2013;
- (E) não configura improbidade o ato praticado por João, porque decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

### 4. FGV - Inv Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Pedro, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, de forma dolosa, permitiu e concorreu para que a pessoa jurídica privada, sociedade empresária Beta, que atua no ramo de vigilância patrimonial, utilizasse bens consistentes em armas e munições da delegacia de polícia onde

está lotado, ao arrepio da lei. Em troca do ato ilícito, Pedro recebia uma mesada mensal, isto é, propina de dez mil reais todo dia primeiro de cada mês.

No caso em tela, além de gerar a responsabilização de Pedro por ato de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 (com as alterações da Lei nº 14.230/21) dispõe que os sócios e os diretores da pessoa jurídica de direito privado

- (A) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica a quaisquer particulares, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, o regime jurídico previsto na lei de improbidade;
- (B) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica aos particulares pessoas físicas o regime jurídico previsto na lei de improbidade.
- (C) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, independentemente de terem participação e benefícios diretos, bem como de ter ocorrido prejuízo ao erário.
- (D) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de terem participação e benefícios diretos, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.
- (E) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

### 5. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Em janeiro de 2022, João, na qualidade de Secretário de Educação do município Alfa, de forma culposa, praticou ato que causou lesão ao erário municipal, na medida em que permitiu, por negligência, a aquisição de bem consistente em material escolar por preço superior ao de mercado. O Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face de João, imputando-lhe a prática de ato omissivo e culposo que ensejou superfaturamento em prejuízo ao Município, bem como requereu a condenação do Secretário Municipal a todas as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

Após ser citado, João procurou você, como advogado(a), para defendê-lo. Com base na Lei nº 8.429/92 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/21), você redigiu a contestação, alegando que, atualmente, não mais existe ato de improbidade administrativa

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 1. FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

Maria e Joana, sócias de uma empresa de eventos especializada em casamentos, firmam uma parceria com um fornecedor de bolos e doces, com cláusula de exclusividade. Os advogados de Maria e Joana decidem incluir na minuta do contrato cláusula de mediação extrajudicial prévia, além de cláusula de eleição de foro. Os advogados do fornecedor concordam com as cláusulas e ambas as partes assinam o instrumento, sem qualquer vício de vontade ou déficit de compreensão do que restou ajustado.

Havendo desentendimento entre as partes contratantes no curso da contratação, é correto afirmar que:

(A) o procedimento de mediação extrajudicial não suspende o prazo prescricional do direito discutido, devendo a parte que requereu a instauração da mediação ajuizar ação em paralelo, observando o prazo prescricional;

(B) o procedimento de mediação extrajudicial deverá ser concluído em até sessenta dias, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação;

(C) não havendo previsão contratual completa da cláusula de mediação, deve ser observado o prazo mínimo de dez dias úteis e o prazo máximo de três meses, contados a partir do recebimento do convite, para a realização da primeira reunião;

(D) o não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação enseja a assunção da integralidade das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, caso seja vencedora em demanda que envolva o escopo da mediação;

(E) considera-se instituída a mediação na data de protocolo do pedido da parte interessada perante qualquer centro de mediação conveniado.

### 2. FGV - JE TJSC/TJ SC/2022

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

Em um contrato comercial firmado entre as pessoas jurídicas Obras e Reparos Ltda. e Eletro Eletricidade Ltda., restou ajustada a inclusão de cláusula de mediação extra-

judicial prévia entre as empresas, em caso de eventual divergência sobre o cumprimento das obrigações indicadas no instrumento. No curso da relação contratual, as partes passaram a divergir sobre os pagamentos relativos aos serviços prestados. Diante disso, a Eletro Eletricidade Ltda. instaurou o procedimento de mediação extrajudicial, em estrito cumprimento ao contrato.

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

(A) por se tratar de litígio decorrente de contrato comercial com cláusula de mediação, o mediador extrajudicial estará impedido de cobrar por seus serviços antes da conclusão do procedimento de mediação;

(B) o convite para o procedimento de mediação extrajudicial deve observar as formalidades da câmara de mediação escolhida e considerar-se-á rejeitado se não for respondido pela Obras e Reparos Ltda. no prazo de quarenta e cinco dias;

(C) o mediador que conduzirá a mediação deve integrar conselho, entidade de classe ou associação que tenha relação com o objeto do procedimento, além de gozar da confiança das partes envolvidas na mediação;

(D) se o representante legal da Eletro Eletricidade Ltda. comparecer acompanhado de advogado e o representante legal da Obras e Reparos Ltda. estiver sem patrono, o mediador, sem suspender o curso do procedimento, oficiará o respectivo tribunal para indicação de advogado dativo;

(E) o não comparecimento do representante legal da Obras e Reparos Ltda. à primeira reunião de mediação acarretará a assunção por parte dessa pessoa jurídica de 50% das custas e honorários sucumbenciais, caso venha a ser vencedora em ação judicial posterior, que envolva o escopo da mediação para a qual foi convidada.

### 3. FGV - JE TJPE/TJ PE/2022

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

Em uma cidade do Estado de Pernambuco, a concessão do serviço de transporte se tornou deficitária e desequilibrada no último biênio do contrato, instaurando uma situação de conflito entre as concessionárias, o poder público e os usuários, que passaram a ficar desatendidos. Diante de uma situação dessa natureza, as partes interessadas consideram que o meio mais adequado para a solução desse conflito não seria a judicialização.



Quanto a essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) a pessoa jurídica de direito público não poderá participar de mediações extrajudiciais fora do âmbito dos tribunais, pois o interesse público é indisponível e não pode ser objeto de transação;
- (B) a submissão do conflito à mediação extrajudicial demanda a resolução integral da questão, não podendo as partes fracionar o conflito;
- (C) a instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública não suspende a prescrição;
- (D) conflitos que versem sobre o equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares podem ser objeto de mediação perante as câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos;
- (E) eventual acordo firmado entre a administração pública e o particular no âmbito das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, ainda que envolva direitos disponíveis, demanda homologação judicial para ter força de título executivo extrajudicial, por envolver o interesse público.

4. FGV - JE TJPR/TJ PR/2021

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

Após mais de duas décadas de parceria na condução de obras e reformas, diante da necessidade de renovar mais uma vez O contrato no ano de 2016, as empresas Tudo Azul em Obras Ltda. e Construção Quero Outro Bem Ltda. decidiram atualizar algumas cláusulas do contrato, à luz do CPC/2015 e da Lei nº 13.140/2015. Assim, além da cláusula de eleição de foro, restou pactuada cláusula de mediação extrajudicial prévia obrigatória ao ajuizamento de qualquer ação judicial, assim como pacto de impenhorabilidade, de forma que cada uma das empresas parceiras indicou um bem como impenhorável. As partes ainda ajustaram que, em caso de prova pericial, não poderiam indicar assistentes técnicos. Com a crise econômica decorrente da pandemia do novo Coronavírus, as partes se depararam com alguns impasses na parceria, que não puderam ser resolvidos amigavelmente. Diante disso, a Construção Quero Outro Bem Ltda. convidou a Tudo Azul em Obras Ltda. para sessão de mediação extrajudicial, em estrito cumprimento ao contrato. Como os ânimos já estavam acirrados entre os parceiros, a Tudo Azul em Obras Ltda., confiante de que tinha razão no objeto litigioso, optou por não comparecer à sessão de mediação e resolveu aguardar a citação para eventual ação judicial. A ação foi proposta por Construção Quero Outro Bem Ltda. em face de Tudo Azul em Obras Ltda. Após a realização de perícia técnica, a sentença jul-

gou improcedentes os pedidos formulados, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de procedimento voluntário, norteadado pelo princípio da autonomia da vontade, Tudo Azul em Obras Ltda. tinha o direito de recusar o convite para a sessão de mediação, sem qualquer ônus;
- (B) o princípio da autonomia da vontade não afasta o dever de comparecer à primeira sessão de mediação, mas a aplicação de eventual penalidade depende de previsão específica na cláusula que estabeleceu a mediação extrajudicial prévia;
- (C) a sentença deve ser reformada, ao menos no que diz respeito ao capítulo dos ônus sucumbenciais, pois a Tudo Azul em Obras Ltda. deve arcar com o pagamento de metade desse valor a título de penalidade pelo não comparecimento à primeira reunião de mediação;
- (D) a sentença não merece qualquer reparo, pois os princípios da independência e da confidencialidade aplicados à mediação extrajudicial impedem que o Judiciário aplique qualquer penalidade;
- (E) em caso de apelação, a Construção Quero Outro Bem Ltda. ficará dispensada do pagamento de 50% das custas recursais, por ter comprovado a tentativa de mediação extrajudicial.

5. FGV - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2021

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

João e Maria, casados sob o regime de comunhão parcial de bens e sem filhos, decidem se divorciar. Porém, o casal firmou pacto pré-nupcial em cartório, estabelecendo que, em caso de separação, não poderiam requerer imediatamente o divórcio, devendo aguardar o prazo de seis meses e, não havendo reconciliação, estariam obrigados a se submeter à mediação extrajudicial antes de requerer medidas judiciais ou extrajudiciais para concretizar o divórcio. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- (A) caso Maria concorde em respeitar o prazo pactuado, mas se recuse a participar da sessão de mediação com João, a vontade de Maria deve ser respeitada, pois a autonomia da vontade das partes deve ser aferida no momento da realização do ato, sob pena de subverter os princípios norteadores da mediação;
- (B) o acordo firmado entre as partes viola o princípio constitucional de acesso à justiça, o que macula todos os seus termos, incluindo o prazo e a necessidade de as partes se submeterem à mediação extrajudicial, pois não se admitem condicionantes para acesso ao Poder Judiciário;
- (C) João e Maria estão vinculados aos termos do pacto pré nupcial, sendo obrigados a cumprir o prazo de seis meses e a comparecer a, ao menos, uma sessão de

# DIREITO PENAL

## DIREITO PENAL

### 1. FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

Assinale a opção que corresponde a bem jurídico coletivo aparente.

- (A) Meio ambiente equilibrado.
- (B) Administração estatal da justiça.
- (C) Incolumidade pública.
- (D) Ordem econômica.
- (E) Relações de consumo.

### 2. FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

Dentre os delitos de posse, é possível sua divisão em grupos determinados.

Assinale a opção que corresponde à infração penal em casos em que o autor possui objetos precedentes da comissão de um delito.

- (A) Possuir material de pornografia infantil.
- (B) Posse de arma de fogo de uso permitido.
- (C) Porte de arma de fogo de uso proibido.
- (D) Possuir programa de computador para fraude.
- (E) Possuir chaves falsas ou alteradas para prática de furto.

### 3. FGV - DP RJ/DPE RJ/2021

Assunto: Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

“O recrudescimento cautelar do sistema de controle brasileiro refletiu os objetivos reais e ideais de um país racista que tinha como problema maior a questão negra, calcada em termos genocidas como condição de sobrevivência da sua falsa branquidade. Contexto que impôs uma cisão em nosso Direito Penal: ao lado do Direito Penal declarado para os cidadãos, alicerçado no Direito Penal do fato construído às luzes do Classicismo, o Direito Penal paralelo para os “subcidadãos”, legitimado no Direito Penal do autor consolidado pela tradução marginal do paradigma racial-etiológico, que, por sua vez, situa seu fun-

damento na periculosidade que exala dos corpos negros, um sistema outrora identificado por Lola Aniyar de Castro (2005, p. 96) como “subterrâneo” que aqui jamais se ocultou, sendo operacionado sob os olhos de quem quiser enxergar.”

(GÓES, Luciano. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, “cara pálida”? Revista InSURgência. Brasília. Ano 3. v.3. n.2. 2017. Pg. 98).

Considerando a afirmativa acima, é possível compreender o fenômeno do encarceramento em massa no Brasil, sob o ponto de vista empírico e teórico, a partir da correlação entre:

- (A) o racismo individualista e o minimalismo penal;
- (B) o racismo estrutural e o direito penal do inimigo;
- (C) o racismo institucional e o minimalismo penal;
- (D) o racismo estrutural e o abolicionismo penal;
- (E) o racismo individualista e o direito penal do inimigo.

### 4. FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Dos crimes de perigo comum (arts. 250 a 259 do CP)

Em relação ao delito de incêndio qualificado pela morte da vítima, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a aplicação das agravantes genéricas do Art. 61, inciso II, do Código Penal, pois, em se tratando de crime doloso, em que há uma condução dolosa com resultado morte, não há plena compatibilidade;
- (B) é possível a aplicação das agravantes genéricas do Art. 61, inciso II, do Código Penal, pois, em se tratando de crime doloso, em que há uma condução dolosa com resultado morte, há plena compatibilidade;
- (C) não é possível a aplicação das agravantes genéricas do Art. 61, inciso II, do Código Penal, pois, em se tratando de crime preterdoloso, em que há uma condução anterior dolosa com o resultado posterior culposo, o resultado morte configura elementar de maior punibilidade;



(D) é possível a aplicação das agravantes genéricas do Art. 61, inciso II, do Código Penal, pois, em se tratando de crime preterdoloso, em que há uma condução anterior dolosa com o resultado posterior culposo, o resultado morte configura elementar de maior punibilidade;

(E) não é possível a aplicação das agravantes genéricas do Art. 61, inciso II, do Código Penal, pois, em se tratando de crime culposo, em que o resultado morte decorre de negligência, não há qualquer compatibilidade.

5. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Dos crimes contra a saúde pública (arts. 267 a 285 do CP)

Leonardo, médico lotado em grande hospital particular, passou a ser responsável pela ala de pacientes infectados com Covid-19. Todavia, em que pese a determinação das autoridades sanitárias, Leonardo não submetia às instâncias competentes qualquer informação quanto ao número de infectados, bem como do quadro de tais pacientes, a despeito do número elevado de portadores da doença que foram por ele atendidos.

Um familiar de um dos pacientes apresentou notícia-crime em sede policial narrando tais fatos. Diante disso, o delegado determinou a instauração de inquérito policial.

A imputação que melhor se amolda à conduta de Leonardo seria

- (A) Epidemia (art. 267 do CP).
- (B) Perigo de contágio de moléstia grave (art. 131 do CP).
- (C) Prevaricação (art. 319 do CP).
- (D) Omissão de notificação de doença (art. 269 do CP).
- (E) Desobediência (art. 330 do CP).

6. FGV - ADV (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021

Assunto: Dos crimes contra a saúde pública (arts. 267 a 285 do CP)

Paulo, engenheiro, afirma ter descoberto a cura do câncer. Para tanto, vai até a porta de um hospital especializado no tratamento da doença, no dia 5 de outubro de 2021, e entrega gratuitamente a 50 pacientes uma substância líquida em pequenos vidros. A todos, ele afirma não poder dizer a composição, uma vez que ela é secreta, afirmando, no entanto, que os estudos por ele desenvolvidos apontam no sentido de que a substância é infalível, ou seja, o percentual de cura chega a 100% dos pacientes.

Em conversa gravada com uma pessoa próxima, Paulo afirma que estava surpreso com a credulidade das pessoas, uma vez que não havia nenhuma propriedade curativa na substância por ele divulgada como milagrosa e capaz de curar a doença.

Com a divulgação do vídeo, a polícia instaura procedimento investigativo para apurar a conduta de Paulo. Com base nas informações apresentadas, é possível afirmar que Paulo poderá ser acusado pela prática do crime de

- (A) exercício ilegal da medicina, uma vez que o desenvolvimento e a entrega de substâncias medicinais são atividades exclusivas de médico e Paulo é engenheiro.
- (B) curandeirismo, uma vez que Paulo estaria exercendo a arte de curar por meio de métodos grosseiros e não científicos, pouco importando o fato de ele ter praticado a conduta apenas naquela data, na medida em que o crime é instantâneo.
- (C) charlatanismo, na medida em que estaria prometendo a cura por meio secreto e infalível com a consciência de que a promessa feita era inócua.
- (D) estelionato, na medida em que apesar de não cobrar pela substância e não causar prejuízo econômico às vítimas, isso não é suficiente para afastar o crime.
- (E) charlatanismo e estelionato em concurso formal, na medida em que além da promessa de cura ele teria enganado as pessoas, o que é suficiente para a configuração do estelionato, pouco importando a não obtenção da vantagem econômica.

7. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Otávio, conhecido criminoso, é encontrado, durante cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão em sua residência, de posse de 10 folhas de cheque falsificadas, todas em nome do BANCO AZUL, sendo certo que todas foram feitas em sua casa, a partir de seu computador pessoal.

Com relação à conduta criminosa de Otávio é correto afirmar que responderá pelo crime de

- (A) falsificação de documento particular.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) uso de documento falso.
- (E) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.

8. FGV - OF (PM RJ)/PM RJ/2021

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Carlos, 18 anos de idade, pretendendo participar de uma festa em que era proibida a entrada de menores de 21 anos, cola um papel com ano de nascimento diverso do real em uma xerox do seu documento de identidade que mantinha em sua residência. Após a colagem da data de nascimento, que indicaria falsamente que teria 22 anos, Carlos faz nova fotocópia, dessa vez já nela constando a alteração em relação à data de nascimento.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 1. FGV ÓRGÃO: TJ-GO PROVA: FGV - 2022

Em relação ao crime de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor e à possibilidade de aplicação dos institutos despenalizadores previstos nos Arts. 74 e 76 da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- (A) independentemente da forma de execução, é considerado infração penal de menor potencial ofensivo, admitindo a incidência dos institutos referidos;
- (B) independentemente da forma de execução, é considerado infração penal de menor potencial ofensivo, porém, não admite a incidência dos institutos referidos, por expressa vedação legal;
- (C) na sua forma simples, é considerado infração penal de menor potencial ofensivo, porém, não admite a incidência dos institutos referidos, por expressa vedação legal;
- (D) quando majorado por causa de aumento de pena, não é considerado infração penal de menor potencial ofensivo, não admitindo a incidência dos institutos referidos;
- (E) mesmo na sua forma simples, não é considerado infração penal de menor potencial ofensivo, não admitindo a incidência dos institutos referidos.

### 2. FGV ÓRGÃO: TJ-MG PROVA: FGV - 2022

Considerando o disposto no Código de Processo Penal acerca das nulidades, a legislação processual penal especial e a jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, todas as alternativas estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A ausência de intimação do acusado, para apresentar contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público contra a rejeição da denúncia, constitui nulidade que não pode ser suprida pelo juízo por meio de nomeação de defensor dativo.
- (B) É nulo o julgamento da apelação, se, após manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
- (C) No rito do juizado especial criminal, o comparecimento do acusado à audiência preliminar sem o acompanhamento de advogado é causa de nulidade absoluta, mesmo que o réu tenha recusado a proposta de transação penal.

(D) O posterior requerimento da autoridade policial pela segregação cautelar ou manifestação do Ministério Público favorável à prisão preventiva suprem o vício da inobservância da formalidade de prévio requerimento.

### 3. FGV ÓRGÃO: TCE-RO PROVA: FGV - 2021

As infrações penais de menor potencial ofensivo devem, preferencialmente, ser processadas e julgadas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. A Lei nº 9.099/1995, no entanto, fixa duas hipóteses expressas em que o fato poderá ser apurado no Juízo Criminal Comum, quais sejam:

- (A) não ser o acusado encontrado para ser intimado ou a infração penal ter sanção que exige instrução criminal para a sua imposição;
- (B) complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia ou não ser o acusado encontrado para ser citado;
- (C) multiplicidade de autores do fato, por condutas praticadas em concurso de pessoas, ou quando o fato apurado demandar a realização de perícia complexa;
- (D) elevada ofensividade e repercussão em concreto da conduta ou impossibilidade de localização do autor do fato para intimação dos atos processuais;
- (E) duração excessiva da instrução processual, sem justa causa, ou quando houver conexão entre a infração penal comum e a de menor potencial ofensivo.

### 4. FGV ÓRGÃO: TJ-SC PROVA: FGV - 2021

Francisco foi denunciado pela suposta prática do crime de falsidade ideológica de documento público (pena: reclusão, de 1 a 5 anos, e multa). Por ocasião da denúncia, o Ministério Público juntou a Folha de Antecedentes Criminais de Francisco, onde constavam três ações penais em que figura como denunciado por crimes da mesma natureza, nenhum deles, contudo, com sentença condenatória com trânsito em julgado. Considerando apenas as informações narradas e com base nas previsões da Lei nº 9.099/1995, o Ministério Público:

- (A) não poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, considerando que Francisco responde a outras ações penais por crimes da mesma natureza, apesar de não haver vedação com fundamento na pena em abstrato prevista;

(B) poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, já que tecnicamente primário e de bons antecedentes, além de ser possível aplicação do instituto com base na pena prevista abstratamente;

(C) não poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, pois não se trata de infração de menor potencial ofensivo, apesar de não haver vedação pelo fato de responder a outras ações penais;

(D) não poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, pois responde a outras ações penais e em razão de a pena máxima do delito ultrapassar 4 anos de reclusão;

(E) poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, apesar de portador de maus antecedentes, já que a pena mínima prevista para o delito é de 1 ano.

#### 5. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

As infrações penais de menor potencial ofensivo devem, preferencialmente, ser processadas e julgadas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. A Lei nº 9.099/1995, no entanto, fixa duas hipóteses expressas em que o fato poderá ser apurado no Juízo Criminal Comum, quais sejam:

(A) não ser o acusado encontrado para ser intimado ou a infração penal ter sanção que exige instrução criminal para a sua imposição;

(B) complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia ou não ser o acusado encontrado para ser citado;

(C) multiplicidade de autores do fato, por condutas praticadas em concurso de pessoas, ou quando o fato apurado demandar a realização de perícia complexa;

(D) elevada ofensividade e repercussão em concreto da conduta ou impossibilidade de localização do autor do fato para intimação dos atos processuais;

(E) duração excessiva da instrução processual, sem justa causa, ou quando houver conexão entre a infração penal comum e a de menor potencial ofensivo.

#### 6. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

Em relação à Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

(A) os institutos despenalizadores aplicam-se aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, por expressa determinação legal;

(B) o âmbito de incidência legal dos institutos despenalizadores não ultrapassa os limites formais e orgânicos dos Juizados Especiais Criminais;

(C) crimes eleitorais que contam com um sistema punitivo especial não admitem a aplicação dos institutos despenalizadores;

(D) aos crimes praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher, é possível a aplicação da suspensão condicional do processo;

(E) a Lei Anticrime estendeu a aplicação do juiz das garantias aos procedimentos especiais, incluindo a Lei dos Juizados Especiais Criminais.

#### 7. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

Na audiência, realizada no âmbito do Juizado Especial Criminal (JeCrim), em que foi efetivada uma transação penal, Luzia é orientada a comparecer ao Núcleo Psicossocial da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA) para receber orientação sobre o cumprimento da medida. O momento mais adequado para a equipe buscar romper a resistência com que Luzia pode chegar para o cumprimento é o primeiro contato, ocasião em que a equipe deve buscar uma visão integral da pessoa, contribuindo para construir uma relação e rotina capazes de orientar o acompanhamento da transação. Esse procedimento de rotina de acompanhamento às medidas alternativas é chamado de:

(A) encaminhamento pelo Judiciário;

(B) estudo de caso;

(C) gestão de informação;

(D) retornos/atendimento de rotina;

(E) acolhimento e elaboração da medida.

#### 8. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

Milton, pessoa em alternativa, procurou a equipe do Núcleo Psicossocial da VEPEMA a fim de receber orientações sobre o cumprimento da medida de prestação pecuniária proveniente de transação penal proposta no âmbito do Juizado Especial Criminal (JeCrim). Em estudo psicossocial realizado naquela central de acompanhamento de medidas alternativas, ficou constatado que Milton não tem capacidade econômica para arcar com a medida. Nesse caso, o(a) pedagogo(a) que está responsável pelo atendimento poderá solicitar ao juiz da execução:

(A) a prisão da pessoa em alternativa;

(B) a isenção do cumprimento da medida;

(C) a designação de uma audiência para instrução e julgamento;

(D) a suspensão condicional da pena;

(E) a conversão da medida por outro tipo.

#### 9. FGV ÓRGÃO: IMBEL PROVA: FGV - 2021

Marcos, funcionário público estadual, é investigado pela prática do crime de patrocínio de contratação indevida, por instaurar licitação, em junho de 2021, com o objetivo de favorecer os interesses de uma empresa privada junto à Administração Pública.

Descoberto o patrocínio irregular, a licitação vem a ser invalidada pelo poder público. Assim é que, concluídas as investigações, sem que o funcionário admita o cometimento da infração, o Ministério Público oferece denúncia imputando a Marcos a prática do crime descrito no Art. 337-G do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº